



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

RELATÓRIO DE CONTAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Paredes



[Handwritten signature and initials]

ÍNDICE

	Pág.
Convocatória	2
Órgãos Sociais	3
Introdução	4
Relatório de Gestão	5 a 16
Proposta de Aplicação de Resultados.....	17
Demonstrações Financeiras e anexo	18 a 48
Certificação Legal das Contas	49 a 51
Parecer do Conselho Fiscal	52 a 53



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PAREDES

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem em Assembleia – Geral no dia 27 de março, pelas 17:30 horas, no **Auditório do Lar da Misericórdia**, sito na Rua Elias Moreira Neto, n.º 161, freguesia e concelho de Paredes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2025;
3. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.º 1 do Art.º 24, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Paredes, 10 de março de 2026

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro



A
[Handwritten signatures]

ORGÃOS SOCIAIS EFETIVOS

Quadriénio 2024-2027

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Alberto Luís Mourão Soares Carneiro
Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto
Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor: Ilídio José da Silva Meireles
Vice-Provedor: José Armando Coutinho Baptista Pereira
Tesoureira: Teresa Maria de Paiva Leal
Secretaria: Ana Francisca de Cabral Ruão
Vogal: António Joaquim Garcez Neto da Silva

DEFINITORIO OU CONSELHO FISCAL:

Presidente: Claudina Rosa Pinto Lourenço Martins Nossa
Tiago José Vieira Castro do Amaral
António Francisco de Oliveira Ferreira



INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º dos Compromissos da Misericórdia de Paredes, submete-se à consideração da Assembleia Geral o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025, acompanhado da respetiva Certificação Legal de Contas e do Parecer do Conselho Fiscal, para os efeitos legais e estatutários aplicáveis.

O presente Relatório e Contas visa fornecer uma visão rigorosa e detalhada da situação financeira e patrimonial da Instituição, refletindo de forma fidedigna os resultados das suas operações, os desafios enfrentados e as metas alcançadas. Este documento evidencia o compromisso da Misericórdia de Paredes com os princípios de boa gestão, transparência e responsabilidade social na prestação de serviços à comunidade, particularmente aos segmentos mais desfavorecidos.

O relatório integra as demonstrações financeiras exigidas por lei, complementadas por notas explicativas técnicas, estruturadas de forma a assegurar clareza, consistência e plena compreensão da informação contabilística e financeira apresentada, em conformidade com os princípios contabilísticos e normativos aplicáveis.



A
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RELATÓRIO DE GESTÃO

O ano de 2025 foi mais um período de intenso trabalho com o acompanhamento do dia a dia, sempre exigente, a que acresce a preocupação constante nas várias intervenções de beneficiação do património imobiliário, com intervenções pontuais e de fundo em diversas áreas e equipamentos.

Deu-se resposta a todos os problemas, alguns com especial complexidade, orientando a nossa atenção no sentido de os resolver, suprir deficiências, melhorar a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra, sendo especialmente de referir a conclusão das obras na Creche do Oural, que entrou em funcionamento no mês de Setembro último, as dificuldades no projeto da empreitada das habitações colaborativas na escola da Madalena, com a declaração de insolvência da empresa contratada e a consequente paralisação da obra, entretanto já reiniciada, com as obras para a eficiência energética do edifício do Lar, numa candidatura aprovada e atualmente em fase de testes no que diz respeito ao sistema de aquecimento, o início da requalificação da cozinha do Jardim Infantil para dar resposta às exigências regulamentares e aumentar a sua capacidade em função da nova Creche do Oural, as obras de beneficiação das casas da Feira, com substituição dos telhados, e dos sistemas de abastecimento de energia elétrica, que se encontravam obsoletos, a reinstalação SAAS/RSI – Serviço de Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção no edifício dos serviços administrativos de forma a libertar mais uma habitação para arrendamento.

Apesar das dificuldades, verificou-se um aumento dos proventos, que atingiram mais cerca de € 323 736.41 e, por outro lado, aumentou a despesa corrente, essencialmente com a valorização do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, aumento estendido a todos os restantes funcionários, progressão da carreira de alguns funcionários, contratação de novos funcionários para a Creche do Oural, tudo circunstâncias que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos na coluna da despesa, assim como a pressão que se coloca nos dias de hoje, com o constante recurso a contratações temporárias de trabalhadoras para o regime de substituição para férias e a circunstância de



atualmente o Lar ser quase um serviço de cuidados continuados, dada a degradação da saúde dos utentes, que cada vez são mais dependentes, implicando um cada vez maior número de trabalhadores.

Este aspeto de agravamento do custo do trabalho não é compensado pela participação dos utentes, a maior parte com reformas insuficientes, e do Estado, já que a tabela atual é para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e não para uma unidade de cuidados continuados.

Finalmente impõe-se referir serem contabilizadas amortizações no valor de € 273 073.13, fruto do acentuado investimento que foi feito ao longo dos últimos anos, e que obrigatoriamente se manterá nos próximos, sem o que o saldo seria superior, sem todavia se ignorar a necessidade de renovar os pisos superiores do Lar, dadas as limitações de se tratar de um prédio com mais de cem anos, que não cumpre com a legislação atual e de estar em fase de conclusão o projeto de requalificação do Jardim Infantil de forma a poder obter finalmente licença de utilização.

É que a realização de todas as obras desenvolvidas tem reflexo nas contas, com os respetivos custos de amortização, mas entende esta Mesa Administrativa que devem ser vistas como investimento necessário e até imprescindível na perspetiva do médio prazo.

Os resultados de 2025 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratórios.

Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é imprescindível.



A
[Handwritten signatures and initials]

Informação Económica, Financeira e Orçamental

Os membros da Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta informação referente ao período de 2025, contida nos instrumentos de gestão Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2025.

De forma resumida, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:

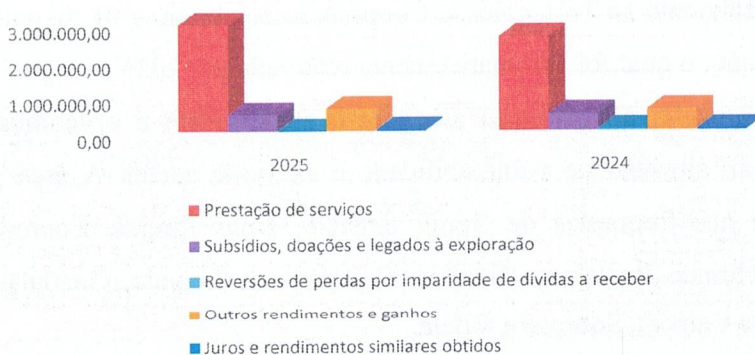
Análise da Situação Económica – Demonstração de Resultados

Em termos de estrutura de rendimentos, a decomposição é a seguinte:

(valores em euros)

RENDIMENTOS	2025	2024
Prestação de serviços	2.941.340,53	2.603.616,46
Subsídios, doações e legados à exploração	449.177,92	465.319,49
Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber	1.200,00	38.290,00
Outros rendimentos e ganhos	611.111,77	569.552,19
Juros e rendimentos similares obtidos	29.821,00	32.136,67
Total dos rendimentos	4.032.651,22	3.708.914,81

Rendimentos





No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de €4 032 651.22 (quatro milhões, trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um euros e vinte e dois cêntimos), traduzindo um acréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 8.73%.

Na rubrica “**Serviços Prestados**” verifica-se um acréscimo na ordem de 12.97% em relação ao exercício de 2024. Nesta rubrica estão contabilizadas as mensalidades dos utentes, bem como as participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre a Instituição e o Estado, por respostas sociais.

A rubrica “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**” apresenta um decréscimo na ordem de 3.47% em relação ao exercício de 2024.

Nesta rubrica inclui os **subsídios atribuídos pelo IEFP – Instituto Emprego e Formação Profissional**. A Misericórdia continua a apostar na medida “Contrato Emprego Inserção +”, para colmatar situações de substituições temporárias de trabalhadores e reforço de apoio aos trabalhadores. A participação financeira do IEFP é de 90% sobre a bolsa de emprego e é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por beneficiários sem deficiência e 100% para candidatos com deficiência.

Inclui também na rubrica de subsídios à exploração o **Protocolo do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Contratos de Inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)**, cujo financiamento é liquidado mensalmente pela Câmara Municipal de Paredes, no âmbito da transferência de competências do Instituto de Segurança Social (ISS), em vigor desde 01 de outubro de 2022.

Refira-se ainda o aditamento ao Protocolo de Cooperação celebrado a 01 de outubro de 2024, com duração de um ano, o qual foi automaticamente renovado em 2025 por igual período.

No âmbito deste protocolo, a instituição assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social. A área geográfica de intervenção situa-se nas freguesias de Beire, Cristelo, Duas Igrejas, Louredo, Parada de Todeia, Paredes (incluindo Besteiros, Bitarães, Castelões de Cepeda, Gondalães, Madalena, Mouriz, Vila Cova de Carros), Sobrosa e Vilela.



A
10/11/25
A

Nesta rubrica também inclui o **Programa “Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)”**, destinado ao apoio às pessoas mais carenciadas e financiado pelo Fundo Social Europeu Mais (FSE+), no âmbito do aviso n.º PESSOAS-2023-29, no território de Paredes.

O principal objetivo do programa consiste na distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, complementada por medidas de acompanhamento e formação social, abrangendo um total de 1.070 beneficiários, na modalidade de Polo de Receção, Coordenadora e Mediadora.

A partir de 2025, foi aprovada uma candidatura adicional ao abrigo do Aviso PESSOAS-2024-33, para distribuição indireta de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, permitindo a aquisição em estabelecimentos comerciais aderentes com cartões sociais. Combinando ambos os modelos de distribuição, 60% dos beneficiários recebem produtos alimentares com entrega direta e 40% recebem cartões sociais com carregamentos mensais, mantendo-se o total de 1.070 beneficiários abrangidos pelos dois projetos.

Convém sublinhar que este programa tem histórico de longa duração, iniciando-se em 16-10-2017, anteriormente designado “Projeto de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas”, financiado pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAC), tipologia de operações 1.2.1 – Distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, no âmbito do aviso n.º PO APMC-F2-2017-01, mantendo-se os mesmos objetivos de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade.

A Santa Casa da Misericórdia de Paredes é responsável por rececionar, armazenar e distribuir os produtos e cartões sociais, bem como por atribuir os benefícios aos destinatários e assegurar ações de formação e acompanhamento social. Os produtos distribuídos compreendem alimentos congelados, frios e secos, garantindo a qualidade e segurança alimentar. O Instituto da Segurança Social atua como organismo intermédio.

Devido à capacidade técnica e física da Instituição, aliada à qualidade reconhecida do serviço prestado, a Misericórdia de Paredes tem sido regularmente convidada a apresentar novas candidaturas, reforçando o seu papel estratégico no apoio às pessoas mais carenciadas do território.

Na rubrica de subsídios à exploração também inclui o apoio financeiro que o Estado atribui à Instituição, através de uma candidatura ao **Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar**, para compensação remuneratória das Educadores de Infância.

Na rubrica **“Reversões de Perdas por Imparidade de dívidas a receber”** registou-se a reversão (anulação) de perda por imparidade por deixar de existir ou ter diminuído a perda, motivada pela liquidação total ou parcial de dívidas de utentes.

Na rubrica **“Outros Rendimentos e Ganhos”** verifica-se um acréscimo de 7.30% em relação ao período transato, reflexo da oscilação do valor rendas de edifícios, consultórios e habitações e rendimentos suplementares.

Esta rubrica também inclui valores da conta **“Restituição de Impostos”** referente aos pedidos de restituição de valor de IVA suportado nas faturas de construções, manutenções e conservação dos edifícios, de bebidas e alimentação, e de elementos do ativo fixo tangível e suas reparações, com limites estipulados na lei para restituição de IVA de outros regimes - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, que oscila em função do investimento efetuado.

Também contempla nesta rubrica, a imputação de **subsídios/doações para investimento**, que estão associados a ativos fixos tangíveis e que são transferidos numa base sistemática, para a conta 78831 – Subsídios ao Investimento, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

A rubrica **“Juros e Rendimentos Similares Obtidos”** registou uma pequena alteração no período de 2025, apresentando um decréscimo de € 2.315,67 (dois mil, trezentos e quinze euros e sessenta e sete cêntimos) em relação ao período de 2024, justificando pela diminuição da taxa de juros atribuída às aplicações financeiras efetuadas pela Instituição.

Adicionalmente, esta rubrica inclui os **descontos de pronto pagamento obtidos**, que anteriormente eram reconhecidos em rubricas operacionais, designadamente na rubrica **“Outros Rendimentos”** da Demonstração dos Resultados por Naturezas. Na sequência da aplicação das orientações emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística, os montantes referentes a descontos de pronto pagamento foram reclassificados de acordo com a sua natureza financeira, passando a ser apresentados na Demonstração de Resultados por Natureza na rubrica **“Juros e Rendimentos Similares Obtidos”**. Este tratamento assegura a



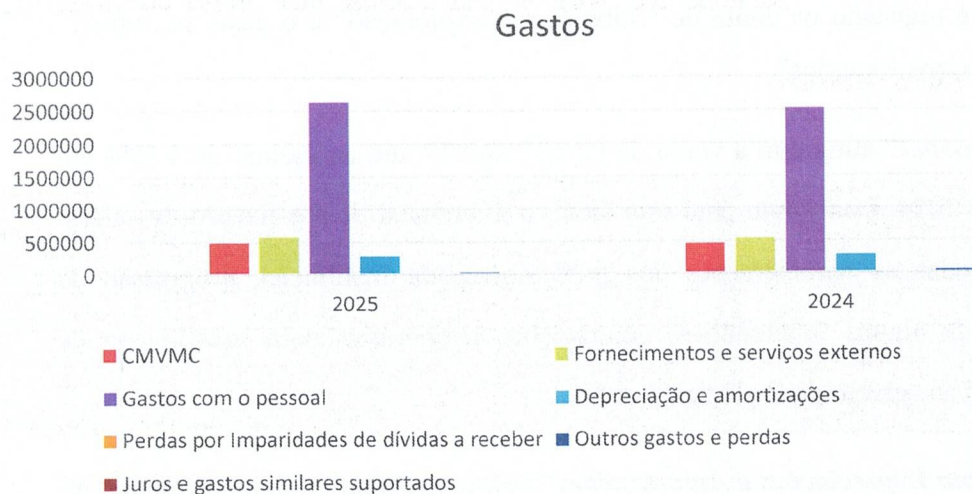
clareza, comparabilidade e fiabilidade da informação financeira, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e encontra-se explicado na nota 2.3 do anexo às demonstrações financeiras.

As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2025 são, os “*Prestação de Serviços*”, “*Outros Rendimentos e Ganhos*” “*Subsídios, Doações e Legados à Exploração*”, representando 72.94%, 15.15% e 11.14% do total dos rendimentos, respetivamente.

Em termos de estrutura de gastos, a decomposição é a seguinte:

(valores em euros)

Gastos	2025	2024
CMVMC	487.967,45	457.728,32
Fornecimentos e serviços externos	568.748,48	527.447,26
Gastos com o pessoal	2.637.649,29	2.522.156,03
Depreciação e amortizações	273.073,13	277.292,75
Perdas por Imparidades de dívidas a receber	52,63	10.515,24
Outros gastos e perdas	27.552,48	40.666,96
Juros e gastos similares suportados	2,37	0,77
Total dos gastos	3.995.045,83	3.835.807,33



No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de €3 995 045.83 (três milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quarenta e cinco euros e



oitenta e três cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 4.15%, face ao ano de 2024.

Na rubrica “**Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas**” verifica-se um acréscimo na ordem de 6.61%, face ao período de 2024, efeitos da subida constante de preços.

Na rubrica “**Fornecimentos e Serviços Externos**” verifica-se um aumento na ordem de 7.83%, face ao período homólogo de 2024. As sub-rubricas que mais contribuíram para esta variação foram a bolsa de emprego, a eletricidade, conservação e reparação e o gás natural, as quais representam, respetivamente, 16,23%, 13,23%, 10,03% e 9,84% do total de gastos desta rubrica.

A “Bolsa de Emprego” refere-se a uma medida do IIEFP – Instituto Emprego Formação Profissional “**Contrato Emprego Inserção+**”, que consiste na realização de tarefas por desempregados, beneficiários do rendimento social de inserção, de trabalho socialmente necessário que satisfaça necessidades sociais e temporárias. A Misericórdia de Paredes candidata-se a esta medida para colmatar situações de substituições temporárias de trabalhadores impedidos de trabalhar e reforço de apoio aos trabalhadores. A comparticipação financeira do IIEFP é de 90% sobre a bolsa de emprego e é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por beneficiários, e o gasto que a Misericórdia suporta é de 10% desse valor. O rendimento é registado na conta de “Subsídios à Exploração” e o gasto na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Os “**Gastos com o Pessoal**” atingiram a verba de €2 637 649.29, um acréscimo de 4.58% em relação ao período de 2024. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição, progressão da carreira profissional de alguns funcionários, contratações temporárias para substituição de trabalhadores ausentes ao serviço por baixa médica.

Na rubrica “**Gastos com Depreciações e Amortizações**” verifica-se uma diminuição na ordem dos 1.52%. A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. O período de vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009. Os ativos tangíveis em curso só iniciam a depreciação com a finalização/conclusão das obras.



A
cel
B
D

Na rubrica **“Perdas por Imparidade de dívidas a receber”** constam as evidências objetivas de imparidade, com inerente risco de incobrabilidade das dívidas de clientes/utentes de cobrança duvidosa com créditos em mora há mais de 24 meses.

Por sua vez, a Rubrica **“Outros Gastos”** sofre um decréscimo de €13 114.48 face ao ano transato. Esta rubrica inclui impostos, correções relativas a exercícios anteriores, donativos, quotizações e outros gastos.

A rubrica **“Juros e Gastos Similares Suportados”**, inclui os descontos de pronto pagamento concedidos, refletindo corretamente a sua natureza financeira, conforme previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Importa salientar que, anteriormente, estes montantes eram reconhecidos na Demonstração de Resultados por Naturezas em rubricas operacionais, designadamente na rubrica **“Outros Gastos”**. Na sequência da aplicação das orientações da Comissão de Normalização Contabilística, estes valores foram reclassificados para a rubrica **“Juros e Gastos Similares Suportados”** da demonstração de resultados, de acordo com a sua natureza financeira.

No período em análise, esta rubrica não assumiu grande relevância nas contas da Instituição, representando encargos financeiros de pequena expressão. O registo correto destes montantes assegura a distinção adequada entre componentes operacionais e financeiras dos resultados, contribuindo para a transparência e comparabilidade da informação contabilística entre os períodos, e encontra-se explicado na nota 2.3 do anexo às demonstrações financeiras.

É de salientar no total dos gastos as rubricas **“Gastos com o Pessoal”**, **“Fornecimentos e Serviços Externos”** e **“CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”** com uma representatividade de 66.02%, 14.24%, 12.21% respetivamente.

Completamos o período de 2025, com um resultado líquido positivo de € 37 605.39 (trinta e sete mil, seiscientos e cinco euros, e trinta e nove cêntimos).

Análise da Situação Financeira – Balanço

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de dezembro de 2025 o **Ativo Líquido** da Instituição cifra-se em € 7 463 209.33 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, duzentos e nove euros e trinta e três cêntimos), traduzindo um acréscimo em termos percentuais de 6.10% relativamente ao período de 2024 que se cifrou em € 7 034 378.35 (sete milhões, trinta e quatro mil, trezentos e setenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos).

É de destacar a representatividade de 59.66% Ativos fixos tangíveis e de 20.03% das disponibilidades, no total do ativo.

Quanto aos **Fundos Patrimoniais** passou de € 6 148 715.47 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e quinze euros e quarenta e sete cêntimos) em 2024, para € 6 383 057.90 (seis milhões, trezentos e oitenta e três mil, cinquenta e sete euros e noventa cêntimos), o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 3.81%.

A rubrica "**Outras Variações nos Fundos Patrimoniais**" contempla os Subsídios "PIDDAC", "Fundo Rainha Dona Leonor", "Subsídios PRR-TO 1.1 Mobilidade Verde – Aquisição de viatura elétrica para SAD – Serviço de Apoio Domiciliário", "Subsídios PRR - Creche Oural, Habitações Colaborativas, Eficiência Energética", bem como heranças e doações de ativos fixos tangíveis efetuadas por utentes do Lar e Município de Paredes, nomeadamente Escola EB2/3 de Baltar e Escola da Madalena.

Os subsídios não reembolsáveis "PIDDAC", "Fundo Rainha Dona Leonor", "Subsídios PRR-TO 1.1 Mobilidade Verde – Aquisição de viatura elétrica para SAD – Serviço de Apoio Domiciliário", heranças e as doações relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras Variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento" durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Nos "Subsídios PRR - Habitações Colaborativas, Eficiência Energética" a imputação acima referida só será contabilizada, quando finalizarem as obras em curso a que dizem respeito. O "Subsídio PRR – Creche Oural" iniciou a imputação em setembro de 2025, em virtude da conclusão da obra.

[Handwritten signatures and initials]

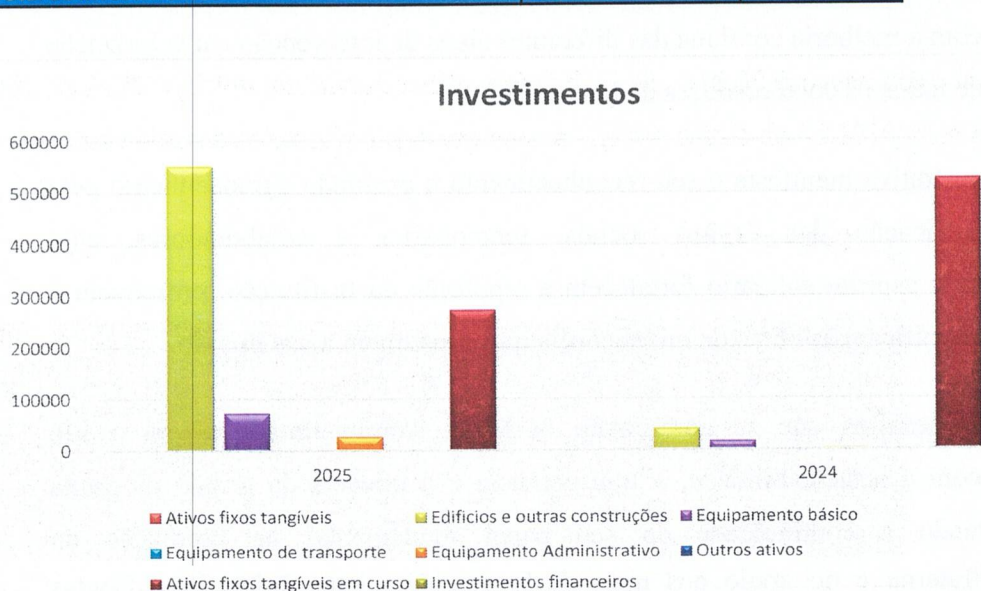
Quanto ao **Passivo Corrente**, passou de € 885 662.88 (oitocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos) em 2024, para € 1 080 151.43 (um milhão, oitenta mil, cento e cinquenta e um euros e quarenta e três cêntimos), o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 21.96%, reflexo da variação da rubrica de “Fornecedores”, “Estado e outros entes públicos”, “Diferimentos” e “Outros passivos correntes”.

Investimentos

O período de 2025 registou um investimento global de € 926 916,00 (novecentos e vinte e seis mil, novecentos e dezasseis euros), o que representa um acréscimo de 58.17%, face ao ano de 2024.

(valores em euros)

Investimentos	2025	2024
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	552.741,08	41.681,72
Equipamento básico	72.960,04	16.513,99
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	27.359,27	2.660,83
Outros ativos	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	273.855,61	525.156,75
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Total de investimentos	926.916,00	586.013,29





Execução Orçamental

No exercício de 2025, a execução orçamental apresentou-se sólida, com os rendimentos a situarem-se acima do valor inicialmente orçamentado em 8,37% e os gastos a excederem o previsto em 2,69%.

Conclui-se que, não obstante os desafios inerentes ao ano em análise, a execução orçamental não comprometeu a estabilidade financeira da Instituição, não gerando qualquer repercussão que pudesse afetar o normal funcionamento das suas atividades.

Cumprir ainda destacar que este desempenho positivo se deve, em grande medida, à postura construtiva e colaborativa de todos os trabalhadores da Misericórdia de Paredes, independentemente das funções de chefia, cujo empenho e dedicação foram determinantes para a correta gestão e utilização dos recursos disponíveis.

Considerações Finais

Em cumprimento das disposições estatutárias da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, apresenta-se o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025, refletindo com rigor e transparência a ação da Mesa Administrativa ao longo do ano. O documento evidencia a articulação entre as necessidades dos utentes e a prestação de serviços de excelência, o compromisso com a melhoria contínua das diferentes áreas de intervenção e a valorização do contributo de todos os colaboradores da Instituição.

A Mesa Administrativa manifesta o seu reconhecimento e profundo agradecimento pelo empenho e dedicação dos órgãos sociais, funcionários e colaboradores, cujo profissionalismo e espírito solidário fortalecem a reputação da Instituição, promovem o bem comum e dignificam as obras de misericórdia que constituem a sua missão.

Consciente dos desafios que se apresentam, a Mesa Administrativa reitera o seu compromisso com a sustentabilidade, a transparência e a eficácia da gestão da Santa Casa, assegurando a continuidade do seu papel fundamental na promoção da solidariedade fraterna e no apoio aos mais desfavorecidos. Este Relatório e Contas constitui, assim, um instrumento de prestação de contas rigorosa e responsável, evidenciando o equilíbrio entre o desempenho financeiro e o cumprimento da missão social da Instituição.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2025

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

1. Aprovação do Relatório e Contas do período de 2025;
2. Que o Resultado Líquido Positivo de € 37 605.39 (trinta e sete mil, seiscentos e cinco euros e trinta e nove cêntimos) do período de 2025, transite para Resultados Transitados.

Paredes, 06 de março de 2026

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada N.º 61761

Provedor:

Vice-Provedor:

Tesoureira:

Secretária:

Vogal:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 2025



A

Balço Individual em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	4.452.721,67	3.798.878,80
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros	6	560.495,43	560.495,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		5.013.217,10	4.359.374,23
Ativo corrente:			
Inventários	7	21.548,47	17.589,48
Créditos a receber	13.1	16.475,85	18.091,50
Estado e outros entes públicos	13.2	31.353,45	21.667,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	500,00	20,00
Diferimentos	13.4	121.145,98	80.797,46
Outros ativos correntes	13.5	763.770,27	723.261,80
Caixa e depósitos bancários	13.6	1.495.198,21	1.813.576,31
		2.449.992,23	2.675.004,12
		7.463.209,33	7.034.378,35
Total do Ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	52.216,75	52.216,75
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.7	4.498.319,22	4.625.211,74
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1.794.916,54	1.598.179,50
		37.605,39	(126.892,52)
Resultado líquido do período			
		6.383.057,90	6.148.715,47
Total dos fundos patrimoniais			
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.8	45.984,23	35.471,65
Estado e outros entes públicos	13.2	85.717,79	61.689,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.4	182.973,81	109.584,38
Outros passivos correntes	13.9	765.475,60	678.916,98
		1.080.151,43	885.662,88
		1.080.151,43	885.662,88
Total do Passivo			
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo			
		7.463.209,33	7.034.378,35

**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro 2025**

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	13.10	2.941.340,53	2.603.616,46
Subsídios, doações e legados à exploração	13.11	449.177,92	465.319,49
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.12	(487.967,45)	(457.728,32)
Fornecimentos e serviços externos	13.14	(568.748,48)	(527.447,26)
Gastos com o pessoal	13.15	(2.637.649,29)	(2.522.156,03)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	1.147,37	27.774,76
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13.16	611.111,77	569.552,19
Outros gastos	13.17	(27.552,48)	(40.666,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		280.859,89	118.264,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(273.073,13)	(277.292,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.786,76	(159.028,42)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.18	29.821,00	32.136,67
Juros e gastos similares suportados	13.19	(2,37)	(0,77)
Resultado antes de impostos		37.605,39	(126.892,52)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		37.605,39	(126.892,52)



A. J. J. J.
rel
(A)

Demonstração Individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2024

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Fundos Patrimoniais					Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 de janeiro de 2024 (SNC)	52.216,75	2.111.786,66	4.892.916,03	(1.140.938,42)	(267.704,29)	5.648.276,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						
Aplicação Resultado Líquido Período			(267.704,29)		267.704,29	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		627.331,26		-		627.331,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(126.892,52)	(126.892,52)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (SNC)	52.216,75	2.739.117,92	4.625.211,74	(1.140.938,42)	(126.892,52)	6.148.715,47

Demonstração Individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2025

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Fundos Patrimoniais					Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 de janeiro de 2025 (SNC)	52.216,75	2.739.117,92	4.625.211,74	-1.140.938,42	-126.892,52	6.148.715,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						
Aplicação Resultado Líquido Período			(126.892,52)		126.892,52	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		196.737,04		-		196.737,04
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					37.605,39	37.605,39
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (SNC)	52.216,75	2.935.854,96	4.498.319,22	(1.140.938,42)	37.605,39	6.383.057,90



Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		2.933.703,81	2.596.426,24
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-1.078.717,53	-1.000.053,02
Pagamentos ao pessoal		-2.629.997,19	-2.506.240,21
Caixa gerada pelas operações		-775.010,91	-909.866,99
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1.055.274,81	960.142,27
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		280.263,90	50.275,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-904.288,81	-586.013,29
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos			
Subsídios ao investimento		268.501,81	690.755,66
Juros e rendimentos similares		33.300,00	23.129,17
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-602.487,00	127.871,54
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		3.845,00	69.861,89
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos da caixa das actividades de financiamento (3)		3.845,00	69.861,89
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-318.378,10	248.008,71
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.813.576,31	1.565.567,60
Caixa e seus equivalentes no final do período	13.6	1.495.198,21	1.813.576,31



A
[Handwritten signatures and initials]

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025

(Montantes Expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161
4580-085 PAREDES

1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, enformado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua eleição canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento a pessoas idosas, bem como apoio social à Infância, tendo como respostas sociais ERPI – Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL, SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social/RSI – Rendimento Social de Inserção e POAPMC – Programa Operacional Apoio a Pessoas Mais Carenciadas.

1.4. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.

1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:



2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das Contas;

Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;

Aviso n.º 6726-B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.



Aced
Rel
R
D

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

Contudo, **na demonstração de resultados por natureza foram efetuados ajustamentos nos valores do exercício de 2024**, de forma a assegurar a adequada apresentação e plena comparabilidade com o exercício de 2025. Estes ajustamentos incidiram sobre a reclassificação de determinados itens, nomeadamente os **descontos de pronto pagamento obtidos e concedidos**, refletindo corretamente a sua natureza financeira, conforme previsto no **Sistema de Normalização Contabilística (SNC)** e na sequência da aplicação das orientações emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística.

Em particular, os **descontos de pronto pagamento obtidos**, anteriormente reconhecidos em rubricas operacionais, designadamente na rubrica **“Outros Rendimentos”** da Demonstração dos Resultados por Naturezas, foram reclassificados de acordo com a sua natureza financeira, passando a ser apresentados na rubrica **“Juros e Rendimentos Similares Obtidos”**.

Do mesmo modo, os **descontos de pronto pagamento concedidos**, anteriormente reconhecidos em rubricas operacionais, designadamente na rubrica **“Outros Gastos”** da Demonstração dos Resultados por Naturezas, foram reclassificados para a rubrica **“Juros e Gastos Similares Suportados”**, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis, nomeadamente o da **comparabilidade da informação financeira**, procedeu-se ao ajustamento dos valores comparativos do período anterior, de forma a garantir a sua consistência com a apresentação adotada no exercício corrente, conforme o seguinte mapa:



(euros)

Ano	Rubrica da Demonstração dos Resultados	Valor	
		Registado	Após Ajustamento
2024	Juros e Rendimentos Similares Obtidos	29.105,56	32.136,67
2024	Outros Rendimentos	572.583,30	569.552,19
2024	Juros e Gastos Similares Suportados	0	0,77
2024	Outros Gastos	40.667,73	40.666,96

Importa referir que esta reclassificação **não teve impacto no resultado líquido do período, afetando apenas a apresentação das rubricas na demonstração dos resultados.**

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

d) Regime do Acréscimo (Periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registados contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os

A
[Handwritten signatures and initials]

quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e Credores por acréscimo” e “Diferimentos”.

e) Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação ou alterações às demonstrações financeiras do período.

3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edificios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 – Propriedades de Investimento.

A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%).



Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%.

Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%.

Em 2018 não houve alterações.

No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de 80 938 (oitenta mil, novecentas e trinta e oito) ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico a partir do ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

No dia 17 de agosto de 2023 foi assinado um contrato de cessão de posição contratual, entre a Misericórdia de Paredes, Questão Seguinte, Lda e Nuno Pinto Leite SGPS, Lda em que é celebrado e reciprocamente aceite que a empresa Questão Seguinte, Lda cede a Nuno Pinto Leite SGPS, Lda, a posição contratual, e respetivos direitos, que possui em virtude do Contrato Promessa de Venda de Ações, relativo a 80 938 (oitenta mil, novecentas e trinta e oito) ações do HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, produzindo efeitos a partir da data da assinatura do respetivo contrato.

Em 2023, na contabilização de Rédito, foi alterada a política contabilística da contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre a Instituição e o Estado. Assim, por comunicação do dia 31 de outubro de 2023, a CNC – Comissão Normalização Contabilística **emitiu o seguinte parecer:**

“Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequência dos utentes, e for

A
del
M
A

atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (conta 72);

“Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos um subsídio à exploração (conta 75).

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

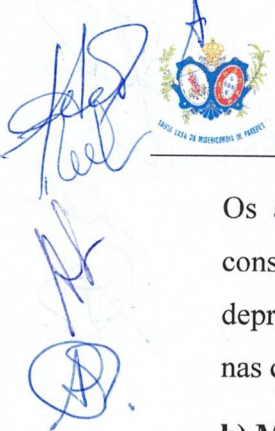
Os gastos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividade presentes e futuras adicionais.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição, a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As doações ou heranças que estejam associados a ativos depreciáveis/amortizáveis, são inicialmente registados na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos Resultados “Outros Rendimentos – Imputação de doações para investimentos”.

A partir de 2016, as anteriormente designadas “Propriedades de Investimento” passaram a estar incluídas nos ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, e incluem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções para obter rendimento.



Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de pré-construção e encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso, e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

b) Métodos de depreciações usados:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

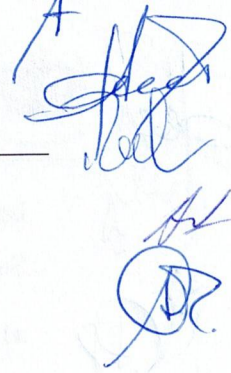
O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**Ativo Bruto**

	Saldo em 31/12/2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2025
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	17.707,33				17.707,33
Edifícios e outras construções	15.807.981,13	552.741,08			16.360.722,21
Equipamento básico	865.731,47	72.960,04			938.691,51
Equipamento de transporte	427.293,18	-	11.200,00		416.093,18
Equipamento administrativo	243.642,79	27.359,27			271.002,06
Outros ativos fixos tangíveis	78.580,59	-			78.580,59
Ativos fixos tangíveis em curso	807.247,76	871.721,04		597.865,43	1.081.103,37
Total Ativo tangível bruto	18.248.184,25	1.524.781,43	11.200,00	597.865,43	19.163.900,25

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2024	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2025
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	12.950.041,96	217.128,68			13.167.170,64
Equipamento básico	781.302,46	35.931,88			817.234,34
Equipamento de transporte	406.272,49	10.661,29	11.200,00		405.733,78
Equipamento administrativo	233.107,95	9.351,28			242.459,23
Outros ativos fixos tangíveis	78.580,59	-			78.580,59
Total depreciações ativos tangíveis	14.449.305,45	273.073,13	11.200,00	0,00	14.711.178,58
Ativo fixo tangível líquido	3.798.878,80				4.452.721,67



5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

b) Métodos de amortizações usados:

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de amortização utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transferências	Saldo em 31/12/2025
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	168.244,69				168.244,69
Total Ativo intangível bruto	168.244,69	-	-	-	168.244,69

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2024	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transferências	Saldo em 31/12/2025
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	168.244,69	-	-	-	168.244,69
Total depreciações ativos intangíveis	168.244,69	-	-	-	168.244,69
Ativo intangível líquido	0,00				0,00

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

Os investimentos financeiros são constituídos por empréstimos e participação financeira no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA,



bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social, Fundo Compensação Salarial e outros investimentos.

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.

Relativamente à base de mensuração da participação financeira na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações. No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico no ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

Foi apresentado um Processo Especial de Revitalização (PER) pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em julho de 2016, que corre termos no



A
[Handwritten signatures and initials]

Tribunal da Comarca Porto Este – Instância Central de Amarante – Secção de Comércio – J2 sob o N.º 914/16.6 T8AMT. Atualmente existe um litígio judicial pendente que corre termos no referido tribunal, relativo ao PER apresentado pelo HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, onde a Misericórdia apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do imóvel onde está instalado o HMP no valor de 507 643.88€ (quinhentos e sete mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos, provenientes de rendas vencidas e não pagas pelo HMP no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e um crédito de suprimentos, a título de reforço de suprimentos adicionais, efetuado pela Misericórdia enquanto acionista do HMP, no valor de 110 922.00€ (cento e dez mil novecentos e vinte e dois euros), **para o qual não foi constituída imparidade, por ser expetável decisão favorável.**

O desreconhecimento destes ativos financeiros, resultante de venda é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As oscilações na rubrica “Outros Investimentos Financeiros” referem-se ao Fundo de Compensação Salarial.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as quantias escrituradas são as seguintes:

Investimentos financeiros

	Saldo em 31/12/2024	Aumentos	Abates e Alienações	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Investimentos financeiros					
Ações no HMP, SA	443.661,58				443.661,58
Empréstimos	110.922,00				110.922,00
Outros investimentos financeiros	5.911,85				5.911,85
Total Investimentos financeiros	560.495,43		-	-	560.495,43



7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

Inventários

Descrição	2025	2024
Inventários		
Matérias primas e consumíveis	21.548,47	17.589,48
Total Inventários	21.548,47	17.589,48

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

**9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS**

9.1) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Descrição	Saldo a 31-12-2024	Subsidio 2025	Imputação do subsídio	Saldo a 31-12-2025
Fundos Patrimoniais				
Subsidio PIDDAC	203.223,58		7.877,26	195.346,32
Subsidio Fundo Rainha D. Leonor	54.025,59		18.008,52	36.017,07
Subsidio Viatura 100% elétrica	13.645,83	17.500,00	6.250,00	24.895,83
Subsidios PRR - Creche Oural	231.952,16	185.066,49	8.340,37	408.678,28
Subsidios PRR - Habitações Colaborativas	399.885,00	65.935,32	0,00	465.820,32
Subsidios PRR - Eficiência Energética	51.418,50	0,00		51.418,50
Total	954.150,66	268.501,81	40.476,15	1.182.176,32

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra com todas as condições a eles associados para os receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Os subsídios à exploração que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração do exercício imputam-se como rendimentos desse exercício.

Os subsídios à exploração que se destinam a financiar a cobertura de gastos de exercícios futuros, são imputados aos referidos exercícios, à medida que os gastos são ocorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração estão divulgados de forma exaustiva na nota 13.11.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros – estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas de fundadores/beneméritos/patrocinadores/membros e outras dívidas de terceiros a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As dívidas dos créditos a receber estão mensurados ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável á data de relato.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos e apresentados nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Diferimentos” do balanço.



A
[Handwritten signatures and initials]

11. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de turno, subsídio de coordenação, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecimentos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

11.1) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários é o seguinte:

Descrição	2025	2024
N.º médio de funcionários		
Contratos sem termo (Efetivos)	120	121
Contratos a termo certo	8	0
Contratos a termo incerto		
Substituição temporária de funcionários	9	14
IEFP - Emprego Apoiado Mercado Aberto	1	1
Total	138	136

**O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:**

Assembleia Geral – 3 membros efetivos e 0 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício até esta data, que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES**13.1) Créditos a receber**

As quantias apresentadas para créditos a receber têm a seguinte discriminação:

Descrição	2025			2024		
	Quantia nominal	Perda por imparidade acumuladas	Valor Líquido	Quantia nominal	Perda por imparidade acumuladas	Valor Líquido
Utentes c/corrente						
Saldos não vencidos	16.475,85	0,00	16.475,85	18.091,50	0,00	18.091,50
Utentes de cobrança duvidosa						
Saldos vencidos						
Mais de 360 dias	14.113,00	14.113,00	0,00	15.260,37	15.260,37	0,00
Total	30.588,85	14.113,00	16.475,85	33.351,87	15.260,37	18.091,50

[Handwritten signatures and initials]

O movimento líquido reconhecido no período de 2025 referente a perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade em créditos a receber é apresentado no quadro seguinte:

Dívidas a receber	2025		
	Perda por imparidade do período	Reversões de perdas p/ imparidade do período	Total
Utentes	52,63	1.200,00	1.147,37
Total	52,63	1.200,00	1.147,37

De seguida, apresenta-se o movimento ocorrido nos períodos de 2025 e 2024 nas perdas por imparidade acumuladas referentes a créditos a receber:

Perdas por imparidade acumuladas	2025	2024
Perdas por imparidade acumuladas início período (1)	15.260,37	56.924,14
Dívidas prescritas - Créditos incobráveis - utilização (2)	0,00	-13.889,01
Reversões por pagamento total da dívida	0,00	-37.990,00
Reversões por pagamento parcial da dívida	-1.200,00	-300,00
Total Reversões (3)	-1.200,00	-38.290,00
Reforço das imparidades (4)	52,63	10.515,24
Total de Perdas por imparidade acumuladas fim do período (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	14.113,00	15.260,37

13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	2025		2024	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o Valor Acrescentado	31.353,45		21.667,57	
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	0,00		0,00	
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		22.300,39		12.643,57
Contribuições p/ Segurança Social		62.940,50		48.559,50
Outros		476,90		486,80
Total	31.353,45	85.717,79	21.667,57	61.689,87
Saldo		54.364,34		40.022,30

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

**13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Fundadores/Patrocinadores/doadores/associados/membros		
Fundadores/associados/membros em curso	500,00	20,00
Total	500,00	20,00

13.4) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2025	2024
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Grandes reparações nos ativos e outros	121.145,98	80.797,46
Total	121.145,98	80.797,46
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração (POAPMC/FEAC)	163.752,68	80.329,58
Subsídios à exploração (PAC)	0,00	0,00
Mensalidades de utentes a reconhecer	18.750,00	28.000,00
Outros rendimentos a reconhecer	471,13	1.254,80
Total	182.973,81	109.584,38

A
[Handwritten signatures and initials]

13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Suprimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	9.100,00	18.741,67
Outros acréscimos de rendimentos	44.524,32	26.430,24
Outros Devedores		
Inquilinos	508.321,89	508.321,89
Devedores por adiantamento venda ações HMP, SA	0,00	0,00
Devedores por participação no capital	0,00	0,00
Devedores por cessão de créditos HMP,SA	21.121,49	21.121,49
Devedores por subsídios - ISS (POAPMC)	179.484,54	137.811,74
Outros	1.218,03	10.834,77
Total	763.770,27	723.261,80

13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	77,66	33,67
Depósitos à ordem	295.120,55	613.542,64
Depósitos a prazo	1.200.000,00	1.200.000,00
Total	1.495.198,21	1.813.576,31

**13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS**

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2025	2024
Fundos patrimoniais		
Fundos	52.216,75	52.216,75
Resultados transitados	4.498.319,22	4.625.211,74
Ajustamentos em ativos financeiros	(1.140.938,42)	(1.140.938,42)
Outras Variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios ao investimento PIDDAC	195.346,32	203.223,58
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	36.017,07	54.025,59
Subsídio Mobilidade Verde - viatura 100% elétrica	24.895,83	13.645,83
Subsídios PRR - Creche Oural	408.678,28	231.952,16
Subsídios PRR - Habitações Colaborativas	465.820,32	399.885,00
Subsídios PRR - Eficiência Energética	51.418,50	51.418,50
Doações	1.753.678,64	1.784.967,26
Resultado líquido do período	37.605,39	(126.892,52)
Total	6.383.057,90	6.148.715,47

13.8) FORNECEDORES

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores c/c	45.984,23	35.471,65
TOTAL	45.984,23	35.471,65

13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição	2025	2024
Fornecedores do imobilizado	96.109,67	73.347,81
Credores por acréscimos de gastos	402.117,68	371.383,39
Credores - Mediadores - Programa POAPMC	883,90	883,90
Outros credores	266.364,35	233.301,88
Total	765.475,60	678.916,98



A
[Handwritten signatures and initials]

13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	2.937.226,53	2.596.542,46
Quotizações e joias	4.114,00	7.074,00
Total	2.941.340,53	2.603.616,46

Número médio de utentes por resposta social em 31-12-2025

Resposta Social	Total	Comparticipados		Não participados	
	Utentes	Nº	%	Nº	%
Lar	60	60	100%	0	0%
Centro de dia	18	10	56%	8	44%
SAD	60	50	83%	10	17%
Creche Paredes	52	51	98%	1	2%
Creche Oural	42	42	100%	0	0%
Pré-Escolar	91	90	99%	1	1%
CATL	84	76	90%	8	10%
Sub. Total	407	379	93%	28	7%
SAAS/RSI	963	963	100%	0	0%
Programa alimentar	1070	1070	100%	0	0%

**13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2025	2024
Subsídios, doações e legados à exploração		
Centro distrital de segurança social		
Lar	0,00	0,00
Centro de dia	0,00	0,00
SAD - Serviço de apoio domiciliário	0,00	0,00
Creche	0,00	0,00
Pré-escolar	62.618,40	26.430,24
CATL	0,00	0,00
RSI	0,00	0,00
Programa Alimentar - apoio aos +carenciados	76.216,63	65.768,95
Outros	0,00	0,00
Outras Entidades		
Autarquia	193.944,00	184.064,52
Subsídios IEFP	112.271,59	104.766,01
Doações e heranças	4.127,30	84.289,77
Total	449.177,92	465.319,49

13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2025 e 2024:

Descrição	Matérias -primas, subsidiárias e de consumo		Total
	Mercadorias		
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
2025			
Inventários iniciais	0,00	17.589,48	17.589,48
Compras	0,00	491.926,44	491.926,44
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	21.548,47	21.548,47
C.M.V.M.C.	0,00	487.967,45	487.967,45
2024			
Inventários iniciais	0,00	17.250,64	17.250,64
Compras	0,00	458.067,16	458.067,16
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	17.589,48	17.589,48
C.M.V.M.C.	0,00	457.728,32	457.728,32



A
Handwritten signatures and initials in blue ink.

13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:

Descrição	2025	2024
Fornecimentos e Serviços Externos		
Trabalhos especializados	56.650,65	65.333,22
Publicidade e propaganda	206,73	359,34
Vigilância e segurança	1.254,60	1.254,60
Honorários	51.566,25	53.172,81
Conservação e reparação	57.020,83	55.493,95
Encargos de saúde com utentes	24.254,38	24.602,21
Serviços bancários	1.550,81	1.574,20
Serviços de cabeleireiro e matérias de utentes	195,31	168,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.860,20	6.968,41
Livros e documentação técnica	30,00	39,96
Material de escritório	469,95	654,87
Artigos para oferta	1.947,81	2.236,45
Material didático	7.288,34	4.851,00
Jornais e revistas	492,00	499,00
Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes, e outros)	28.762,86	38.656,65
Eletricidade	75.273,15	59.328,42
Gas natural	55.978,42	45.242,10
Gasóleo	13.202,83	12.656,12
Água	44.654,19	35.662,59
Deslocações, estadas e transportes	3.630,62	1.973,00
Comunicação	3.300,11	4.772,60
Seguros	17.340,54	18.462,34
Contencioso e notariado	15,00	35,00
Limpeza, higiene e conforto	7.858,31	5.142,01
Portagens	640,41	774,63
Atividades escolares	14.595,50	17.006,82
Acidentes escolares	0,00	21,00
Bolsa centro emprego	92.313,84	65.139,56
Funerais de utentes	1.340,00	5.366,40
Outros	54,84	0,00
Total	568.748,48	527.447,26

**13.15) GASTOS COM O PESSOAL**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica “Gastos com pessoal” tem a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	2.122.772,61	2.024.673,09
Encargos sobre remunerações	452.208,32	425.935,96
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	40.621,15	48.029,05
Outros gastos (formação profissional ...)	22.047,21	23.517,93
Total	2.637.649,29	2.522.156,03



[Handwritten signatures and initials]

13.16) OUTROS RENDIMENTOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2025	2024
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	24.021,43	23.815,60
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		
Rendas de edificio - Hospital	174.202,89	166.113,21
Rendas de habitação	48.795,26	40.355,72
Rendas de consultórios	23.015,85	22.281,45
Rendas de edificio - hemodiálise	168.000,00	180.000,00
Abates ou alienações de ativos fixos tangíveis	1.000,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	24.238,04	20.149,69
Imputação de subsídios/doações para investimentos		
Subsídios Piddac	7.877,26	7.877,26
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	18.008,52	18.008,52
Subsidio Mobilidade Verde - viatura 100% elétrica	6.250,00	6.250,00
Subsidio PARES 2.0	8.340,37	
Doações de ativos fixos tangíveis e intangíveis	31.288,62	31.288,62
Restituições de impostos (Pedidos de Restituição IVA e consignação fiscal)	76.073,53	53.412,12
Outros Rendimentos e ganhos	0,00	0,00
Total	611.111,77	569.552,19

13.17) OUTROS GASTOS

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2025	2024
Outros Gastos E Perdas		
Impostos	7.073,12	18.738,08
Abates	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	19.318,73	15.510,33
Donativos	104,63	5.482,55
Quotizações	1.056,00	936,00
Total	27.552,48	40.666,96

**13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2025	2024
Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	23.658,33	29.105,56
Descontos de pronto pagamento obtidos	6.162,67	3.031,11
Total	29.821,00	32.136,67

13.19) JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Descontos de pronto pagamento concedidos	2,37	0,77
Total	2,37	0,77

14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 06 de março de 2026.

Paredes, 06 de março de 2026

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada n.º 61761

Provedor:

Vice-Provedor:

Tesoureira:

Secretária:

Vogal:



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Registo na OROC nº 186
Registo na CMVM nº 20161486
Edifício Bristol
Avenida da Boavista, nº 1679, 4º Andar
4150-132 Porto
Portugal
Tel: +351 22 013 34 92
www.crowe.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da "Irmandade da Misericórdia de Paredes" (a Entidade), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 7.463.209 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.383.058 euros, incluindo um resultado líquido de 37.605 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito descrito no primeiro parágrafo da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de "Irmandade da Misericórdia de Paredes" em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Conforme referido na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, a Entidade não reconheceu qualquer imparidade relativamente aos créditos detidos sobre o HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, S.A., no âmbito do respetivo Plano Especial de Recuperação (PER). Estes créditos respeitam, por um lado, a rendas vencidas e não pagas no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, no montante de 507.643 euros, reclamadas pela Irmandade da Misericórdia de Paredes, e, por outro lado, a um empréstimo concedido pela mesma Entidade, na qualidade de acionista, no montante de 110.922 euros. Não obstante tais créditos não terem sido incluídos no PER, por terem sido considerados créditos subordinados, entendemos que existiam indícios objetivos de imparidade que determinavam o reconhecimento de perdas por imparidade sobre aqueles saldos. Consequentemente, os ativos e os capitais próprios encontram-se sobreavaliados em 618.565 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A Crowe & Associados, SROC, Lda é uma firma membro da Crowe Global, uma entidade suíça. Cada membro da Crowe Global é uma entidade legal distinta e independente. A Crowe & Associados, SROC, Lda e as suas afiliadas não são responsáveis, nem poderão ser responsabilizadas, por atos ou omissões praticadas pela Crowe Global ou por outras entidades membro. A Crowe Global não presta quaisquer serviços profissionais, nem exerce controlo ou influência sobre a Crowe & Associados, SROC, Lda
© Crowe & Associados, SROC, Lda

1 / 3

NIPC 508 942 155 | Capital Social 51.300 Euros | C.R.C Porto | Sede: Edifício Scala; Rua de Vilar, nº 235, 2º andar | 4050-626 Porto



Crowe & Associados, SROC, Lda.

Registo na OROC n.º 186

Registo na CMVM n.º 20161486

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período findo a 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião com uma reserva e sem ênfases sobre essas demonstrações financeiras, em 19 de março de 2025.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Registo na OROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 20161486

para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 17 de março de 2026

Sónia Costa Matos

CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Sónia Costa Matos
Registo na OROC n.º 1128
Registo na CMVM com o n.º 20160740



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o disposto na alínea c) ponto 1º do artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, vem o seu Conselho Fiscal, apresentar à Assembleia Geral o seu Parecer sobre o Balanço, o Balancete, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo relativos ao exercício económico do ano de dois mil e vinte e cinco.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa relativas ao exercício económico de 2025, apreciou o Relatório de Gestão Anual sobre a movimentação das contas do exercício e o Anexo ao Balanço, documentos reportados ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2025, e à Demonstração de Resultados daquele período, tendo procedido à consulta e verificação de toda documentação de suporte.

O Exercício Económico de 2025, foi desenvolvido cumprindo todas as obrigações.

1. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS O Conselho Fiscal procedeu ao exame dos documentos apresentados pela Mesa Administrativa, destacando os seguintes indicadores:

Balanço: O Ativo Total da Instituição ascendeu a 7.463.209,33 €, representando um crescimento face aos 7.034.378,35 € do ano anterior. Os Fundos Patrimoniais totalizaram 6.383.057,90 €.

Resultados: O exercício de 2025 encerrou com um Resultado Líquido positivo de 37.605,39 €, o que representa uma recuperação significativa face ao resultado negativo de 126.892,52 € verificado em 2024.

Rendimentos: O total de rendimentos foi de 4.032.651,22 €, com destaque para as "Vendas e serviços prestados" (2.941.340,53 €) e os "Subsídios à exploração" (449.177,92 €).

Gastos: Os Gastos com o Pessoal continuam a ser a rubrica mais expressiva, totalizando 2.637.649,29 €.

2. CONTROLO ORÇAMENTAL E INVESTIMENTOS Verificou-se que a execução orçamental apresentou alguns desvíos:

Os Investimentos realizados totalizaram 1.524.781,43 €, um valor inferior ao orçamentado (1.953.652,81 €), registando um desvio de -21,95%.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) situaram-se em 568.748,48 €, ligeiramente acima do previsto.

3. PARECER FINAL No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou que:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas para Entidades do Setor Não Lucrativo.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

A gestão financeira reflete o esforço de continuidade das respostas sociais da Instituição, como a ERPI, Centro de Dia, Creche, Serviço de apoio domiciliário, pré-escolar e centro de atividades tempos livres.

Paredes, 19 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Presidente: *[Signature]*
(Cláudia Rosa Pinto Lourenço Martins Nossa)

Vice-Presidente: *[Signature]*
(Tiago José Vieira e Castro do Amaral)

Secretário: *[Signature]*
(António Francisco de Oliveira Ferreira)